

Relatório da Audiência n.º [106-COFAP-XII](#)

Dia: 8 de novembro de 2013

ENTIDADE: Plataforma Sindical Independente do Setor dos Transportes (Sindicato Nacional dos Motoristas, Sindicato dos Maquinistas, Sindicato dos Trabalhadores da Tracção do Metropolitano de Lisboa e Sindicato Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante)

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 178/XII que aprova o Orçamento do Estado para 2014

Recebida pelos Senhores Deputados das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas: Paulo Sá (PCP), Vice-Presidente da COFAP; Afonso Oliveira, Carina Oliveira e Conceição Bessa Ruão (PSD); Ana Paula Vitorino (PS); João Paulo Viegas (CDS-PP); Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência decorreu no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Os representantes dos Sindicatos efetuaram uma apresentação inicial¹. Sobre as normas da proposta de lei em apreço, manifestaram a sua oposição aos artigos referentes às **reduções remuneratórias** e **outros cortes**, bem como ao **artigo 58.º [Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas públicas]**, ao **artigo 73.º [Complementos de pensão]** e ao **artigo 142.º [Transporte gratuito]**. Manifestaram, adicionalmente, grande preocupação com o [Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro](#), que *Aprova o novo*

¹ Sobre esta matéria, foi recordada uma anterior [audiência](#) com entidades representativas dos trabalhadores da CARRIS, onde parte destas questões haviam sido suscitadas (nomeadamente no âmbito da preparação do suprarreferido Decreto-Lei), e na sequência da qual fora efetuado um pedido de informações ao Governo, cuja resposta fora, posteriormente, remetida a algumas das entidades presentes.

regime jurídico do sector público empresarial, pelos cortes adicionais e pela minimização do papel da contratação coletiva.

Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS), que saudou e acompanhou os audientes nas suas preocupações. De seguida, interveio a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), que sublinhou o empenho do Grupo Parlamentar do PSD na resolução do problema do transporte gratuito suprarreferido, recordando a esse propósito o [Projeto de Resolução n.º 784/XII/2.^a \(PSD\)](#), tendo sublinhado o empenho das entidades presentes em prosseguir o caminho da paz social e do diálogo. De seguida, interveio o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP), que sublinhou o momento de emergência vivido pelo país e colocando questões sobre a redação constante do n.º 4 do artigo 142.º. Interveio, ainda, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que deu conta do empenho do Grupo Parlamentar do PCP em promover alterações ao Orçamento do Estado, tendo ainda informado ter sido já suscitada a [Apreciação Parlamentar](#) do Decreto-Lei supracitado, a ser agendada após o processo orçamental. Por fim, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que recordou a política irresponsável de financiamento e gestão de diversas empresas públicas, das quais não poderiam ser responsabilizados os respetivos trabalhadores, dando ainda conta do empenho do Grupo Parlamentar do BE na apresentação de propostas de alteração em sede de especialidade do Orçamento do Estado.

Os representantes da Plataforma Sindical Independente do Setor dos Transportes usaram da palavra para responder aos comentários e questões colocadas pelos Senhores Deputados, dando conta de não terem sido recebidos pelas administrações das respetivas empresas, pela Senhora Ministra das Finanças e pelo Secretário de Estado da tutela.

Tendo em consideração a complexidade dos argumentos aduzidos, e a abrangência dos mesmos, além do processo orçamental, foi suscitada a possibilidade de a audiência ser reagendada para momento mais oportuno.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação entregue, pode ser consultada na [página da Comissão](#).



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Sá